

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 01, Examinador Gerson Marques) (MESTRADO)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMAÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A (DES)CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS: DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1	1,2	1	0,5	1	4,7
A (IN) EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO FACE AO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
A (IN)APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES INDÍGENAS DA GRANDE FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA	1	1	1	0,5	1	4,5
A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO COMO FENÔMENO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	0,5	1	1	0,5	1	4
A APLICABILIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL – sob a perspectiva da gestão organizacional e financeira do Sistema Único de Saúde	1,5	1	1	0,5	1	5
A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO	1	1	1	0,5	1	4,5
A APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	1	1	1	1	5,5
A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES E PROCESSOS TRABALHISTAS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS A LEI 13.467/2017.	1	0,5	0,5	1	1	4
A ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE INICIATIVA FEDERAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES	1,5	1,3	1	0,7	1	5,5
A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CEARÁ EM FACE DAPANDEMIA DA COVID-19	1	1	1	1	0,5	4,5
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE FORTALEZA/CE	1	1	0,5	0,5	1	4
A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO CEARÁ A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA	1,5	1,5	1,5	0,8	2	7,3
A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE LGBT+	1,5	1,5	1	1,5	1	6,5

A EXIGÊNCIA DO TÍTULO DE ELEITOR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO POPULAR E O DILEMA DA CIDADANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1998: SER ÍNDIO OU SER CIDADÃO?	1	1,5	0,5	0,5	1	4,5
A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E OS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA POLÍCIA	0,7	1	0,5	0,2	1	3,4
A FUNÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER: Uma nova perspectiva de políticas públicas no estudo das desigualdades de gênero	1	1,3	1	0,7	1	5
A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REAL DE LAJE: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO DE DIREITO E A PREVENÇÃO DO CONFLITO	1	1	0,5	1	1	4,5
A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.	1	1	1	0,5	1	4,5
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES COMO FORMA DE DAR EFETIVIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ENTE FEDERATIVO	1	1	1	1	1	5
A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania.	1	1	0,5	0,5	1	4
A Inclusão Social dos idosos assistidos pelos Centros de Referências em Assistências Sociais (CRAS) na cidade de Parnaíba-PI a luz do Estatuto do Idoso	0,5	1	1	0,5	1	4
A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO DIREITO DO TRABALHO, ESTABELECIDOS PELA LEI 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	0,5	0,5	0,5	0	1	2,5
A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ	0,5	1	1	0,5	1	4
A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DA ADPF Nº 442	1	1,2	0,5	1	1,3	5
A LEI 10216/01 E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO GOVERNADOR STÊNIO GOMES	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	0	0	0	0	0	0
A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA E O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	0,5	1	0,5	0,5	1	3,5

A NECESSARIA VIRTUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E A DIGITALIZAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA NOVA ONDA DE ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO TELETRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	0,5	1	1	3,5
A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO COMBATE A CRIMINALIDADE: RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO POR MEIO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	1	1	0,5	0,5	1	4
A OAB E A ADVOCACIA NEGRA: TERRITÓRIO PARA UMA ORDEM PLURAL E DEMOCRÁTICA?	1,5	2	1,5	1,5	1,5	8
A POLÊMICA ACERCA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE ANENCÉFALO, O DIREITO À VIDA, E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	1	1	1	0,5	1	4,5
A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PÓS REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	1,5	1,8	1,3	1,7	1,5	7,8
A PROPORCIONALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL QUE EXIGE CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	1	1	0,5	0,5	1	4
A PROTEÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL FRENTE AO REGIME DE TELETRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	0	0	0	0	0	0
A PROTEÇÃO DEFICIENTE PROPORCIONADA PELO ESTADO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA PENAL: UMA PESQUISA SOBRE A EFETIVA TUTELA DAS VÍTIMAS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	1,5	1,3	1	1,2	6,5
A REFORMA TRABALHISTA: TELETRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL	1	1,2	1,2	0,4	1,3	5,1
A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ALUSÃO AO PROJETO DE LEI 4.211/12	0	0	0	0	0	0
A RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS LABORAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	0	0	0	0	0	0
A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: A NECESSIDADE DE UMA JUSTIÇA FEITA POR MULHERES E (TAMBÉM) PARA MULHERES	0,5	1	0,5	0,4	1	3,4
A SUSTENTABILIDADE DA SAÚDE SUPLEMENTAR E A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO: O CASO DAS DECISÕES DO REMÉDIO SPINRAZA	1,3	1	1	0,7	1	5
A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	1	1	1	0,5	1	4,5
A TRADIÇÃO DE REISADO EM JUAZEIRO DO NORTE - CE: Um estudo teórico-prático sobre o impacto dos direitos culturais na promoção da dignidade	0,4	0,7	0,8	0,2	0,2	2,3

A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA LEI DOS MOTORISTAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE (LEI MUNICIPAL Nº 10.751/2018)	1,1	1,1	0,9	0,8	1,3	5,2
A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JULGAMENTO DE PROCESSOS TRIBUTÁRIOS COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1	1	0,5	0,5	1	4
ABORTO SENTIMENTAL: UMA ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA A PARTIR DA LEI DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	1	1	1	0,5	1	4,5
AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	1	1	1	0,5	1	4,5
ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS.	1,2	1	0,6	0,8	1	4,6
ANÁLISE CRÍTICA DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PREVIDENCIÁRIAS Nos 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 E IMPACTOS NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS EMPREGADOS REGIDOS PELO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS.	1,2	0,7	0,7	0,2	0,5	3,3
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS APÓS 2014	0,8	1,1	1,3	0,9	1,1	5,2
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA RELAÇÃO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	1	1	0,5	0,5	0,5	3,5
ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL QUE INSTITUI AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E SUA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA DO DIREITO	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
ANÁLISE DO PROGRAMA “NOS CONFORMES”: O IMPACTO DO COMPLIANCE COOPERATIVO NA RELAÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTE SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIALÓGICA	1,5	1,5	1	1	1,5	6,5
ANÁLISE DOS LAUDOS PERICIAIS DA PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	0,5	1	1	0,5	1	4
Análise jurídica do Geopricing: ponderações ao poderio econômico das grandes corporações no contexto do comércio eletrônico	1	1	0,5	0,5	1	4
Análise sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente no Brasil	0,8	1	0,5	0,5	0,8	3,6
APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	1,8	2	1,7	1,5	1,7	8,7

AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E A PROMOÇÃO DE DIREITOS E OPORTUNIDADES AOS PRIVADOS DE LIBERDADE	1	1	1	0,5	1	4,5
AS IMPLICAÇÕES DA LGPD NAS RELAÇÕES DE LABOR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1,8	2	1,5	1,5	1,5	8,3
ATENDIMENTO SISTÊMICO JURÍDICO POPULAR: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO	0,5	0,5	1	1	1	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO	0,7	0,7	0,8	0,8	1	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	1,5	1	1	1	1	5,5
ATUAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO ACESSO A MEDICAMENTOS	1	1	1	0,5	1	4,5
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DO PROJETO PREVIDENCIÁRIO DE 1988	1,3	1	1	0,7	1	5
COLISÕES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE, DAS FAKE NEWS E DO HATE SPEECH: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA POR MEIOS DIGITAIS.	1	1	0,5	0,5	1	4
Controle de convencionalidade e sua aplicação pelo Estado brasileiro na proteção aos direitos humanos	0	0	0	0	0	0
COTAS UNIVERSITÁRIAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: NOVOS PARADIGMAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS.	2	2	1,5	1,5	2	9
Criminalidade feminina e o comércio de entorpecentes: uma análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	2	2	1,5	1,5	2	9
DA ANÁLISE JURÍDICO-PROCEDIMENTAL DOS ASPECTOS DEMOCRÁTICOS NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	1,5	1	1	1	1	5,5
DA VULNERABILIDADE AO EMPODERAMENTO: Estudo sobre a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	1	0,8	0,5	0,4	1	3,7
DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL ENTRE 2005 E 2020	1,5	2	1,8	1,7	1,5	8,5

DESIGUALDADES REGIONAIS E FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS IMPACTOS DA LEI KANDIR NO ICMS	1,3	1	1	0,7	1	5
DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	1,5	1,2	1	1,5	1,3	6,5
DESORGANIZAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE: indicativos para a realização de políticas públicas na área de segurança	0	0	0	0	0	0
DIREITO À SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO GARANTIDOR AO TRATAMENTO DOS PACIENTES RENAIAS	0,5	0,8	0,5	0,5	0,7	3
Direito de inclusão do Autista na Escola Regular	0,5	1	0,5	0,5	0,5	3
Direito do Trabalho das Pessoas com Deficiência, Do Assistencialismo Estatal à Real Efetivação dos Direitos Fundamentais: Análise da Realidade dos Trabalhadores com Deficiência do Transporte Público Coletivo do Município de Fortaleza.	0	0	0	0	0	0
DIREITO PENAL SUBTERRÂNEO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE CONTROLE ESTATAL NA POLÍCIA MILITAR	0	0	0	0	0	0
Direitos Fundamentais e Políticas Públicas.	0,7	0,3	0,2	0,5	0,3	2
DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ	0,8	1	0,5	0,7	1	4
DÍSCURSO DE ÓDIO, MÍDIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ASPECTOS JURÍDICOS E (IN) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	1,2	1	1	0,3	1	4,5
Do Direito Fundamental à Educação e à Cultura e a implementação de projetos sociais de ensino da música sacra nas comunidades carentes	0,8	1	1	0,7	1	4,5
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	1,3	1	1	0,7	1	5
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	1	1,5	0,8	0,3	1	4,6
ENTRE A TUTELA INFANTO-JUVENIL E A RESPONSABILIDADE PENAL APLICÁVEL À ADOLESCÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7	8
Escola Inclusiva: Uma análise sobre a efetividade do direito à educação proposto pelas políticas públicas do MEC para crianças com deficiência no município de Fortaleza	1	1	1	0,5	0,5	4
ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DA COPARTICIPAÇÃO PERANTE O RESSARCIMENTO AO SUS	1	1,3	1	0,7	1	5
EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: JUSTIFICATIVAS E LIMITES PARA UM NOVO MODELO DE COBRANÇA COATIVA	1,5	1,5	0,8	0,7	1	5,5

FILHAS ÓRFÃS DE PAIS VIVOS: O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO.	2	2	1,5	1,5	2	9
FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIGÊNCIA DO TETO DOS GASTOS APÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1,2	1,3	0,8	0,7	1	5
GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM VIRTUDE DE ACOMETIMENTOS DE SAÚDE PSÍQUICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE LABORAL	0,5	1	1	0,5	1	4
POLÍTICAS PÚBLICAS						
GREVE POLICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: CONSTITUCIONALIDADE, ALCANCE E FUTURO DA REGULAMENTAÇÃO	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	9,1
HOMOPARENTALIDADE COMO QUEBRA DE PARADIGMA À HETERONORMATIVIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	1,5	1,5	1,5	1,2	1,3	7
IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO CONTRA A CRISE DE IDENTIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA	1,3	1	1	0,7	1	5
Inteligência Artificial aplicada às Finanças Públicas como ferramenta para garantir a efetividade do Controle Social sobre os gastos públicos.	1,5	1	1	1	1	5,5
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO: o direito à proteção de dados pessoais do empregado e a discriminação algorítmica laboral	1,5	2	2	2	2	9,5
Investigação sobre a forma de criação de valor das empresas digitais e a sua equivalência em face das empresas tradicionais sob a luz da Constituição Federal de 1988: um possível desrespeito ao princípio constitucional da isonomia?	2	2	1,5	1,5	2	9
INVIOLABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL	1,3	1	1	0,7	1	5
JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FACE A NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	1,3	1	1	0,7	1	5
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS QUE NECESSITAM DE DISPÊNDIO DE RECURSOS HUMANOS.	1	1	0,5	0,5	1	4
JUIZ DE GARANTIAS: OS DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHILENA.	2	2	1,5	1,5	2	9
LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE À PANDEMIA GLOBAL DO CORONAVÍRUS À LUZ DA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,5	0,5	0,4	0,3	0,5	2,2

LIMITES DA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA TRANSAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1	1	0,5	0,5	0,5	3,5
MULHERES ENCARCERADAS E O ESTADO : OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS PRESTAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO DA MATA ESCURA/BA	1	1	1	0,5	1	4,5
MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	1	1	0,5	0,5	1	4
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS MINORIAS NO BRASIL	1,5	1,3	1	0,5	1,2	5,5
O ACESSO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) AO MERCADO DE TRABALHO	1	2	1,5	1,3	1,5	7,3
O CRIME DE ABORTO E O SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DIRETA POPULAR DIANTE DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1,2	1,3	0,8	0,7	1	5
O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	1	1	1	1	1	5
O DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.	0	0	0	0	0	0
O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	1,5	2	1,5	1,5	1,8	8,3
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: A necessidade de proteger dados pessoais pretéritos.	1,5	1	1	1	1	5,5
O DIREITO DE LIBERDADE E A POSSIBILIDADE DE SEUS LIMITES À LUZ DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSOS DE ÓDIO	0,8	0,7	0,8	0,7	1	4
O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	1,5	2	1,5	1,5	1,5	8
O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E LIBERDADE E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA PROBLEMÁTICA A LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
O DIREITO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO E O ASSÉDIO SEXUAL POR INTIMIDAÇÃO	1,7	1,5	1,7	1,1	1,5	7,5
O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Mecanismos jurídico-regulatórios para a efetivação do princípio da igualdade no contexto dos algoritmos de tomada de decisão	2	2	1,5	1,5	2	9

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IDEAL DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	1	0,7	0,8	0,7	0,8	4
O DIREITO FUNDAMENTAL DE SER FILHO	1,5	1,5	1	1	1,5	6,5
O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO COMO MEIO EFICAZ DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	0	0	0	0	0	0
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO: DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA CONJUNTURA VIOLADORA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	1	1	1	1	1	5
O EVENTO DISCURSIVO DAS SÚMULAS VINCULANTES: SOBRE O ASSUJEITAMENTO DOS SENTIDOS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA.	1	0,7	0,8	0,7	0,8	4
O ÊXODO RURAL: processo histórico, políticas públicas, as comunidades carentes em áreas de risco nos grandes centros e a dignidade da pessoa humana como direito fundamental	1	1	1	0,5	1	4,5
O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO.	1	0,5	1	0,5	0,7	3,7
O MÍNIMO EXISTENCIAL DO DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA (STA) No 175 DO STF E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS			0	0		0
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COMO DEFENSOR PERMANENTE DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO PROJETO OSCLEGAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: O FORMATO DA SINDICÂNCIA NO BRASIL PÓS-REFORMA TRABALHISTA E A (IN)EFETIVA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	1,5	1,8	1,8	1,5	1,8	8,4
O PAPEL DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS ADITIVAS EM FACE DO DESMONTE DO APARATO ESTATAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	1,2	1	0,5	0,5	0,8	4
O PERCURSO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANÁLISES DE UMA POLÍTICA DO DIREITO DAS MINORIAS E O FORTALECIMENTO DE CIDADANIAS	1	1	1	1	1	5
O PRINCÍPIO DA "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA" SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, UM LEVANTAMENTO DE SUA EFETIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS.	1,7	1,5	1,7	1,1	1,5	7,5

O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E A PROTEÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO	0,8	1	0,7	0,5	1	4
O REGIME DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZPE COMO POSSÍVEL PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1,8	1,5	1,5	1,2	1,5	7,5
O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE: O USO DA GESTÃO FUNDIÁRIA EM ABORDAGEM PRÁTICA CARTORIAL	1	1	1	1	1	5
O VALOR SOCIAL DO TRABALHO FRENTE A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO PELO LEGISLADO NA LEI 13.467/2017: LIMITES AO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O NEOTRABALHISMO EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR CIDADÃO	0	0	0	0	0	0
OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE DO ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS	1,7	1,7	1,6	1,5	2	8,5
OS DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS	1	1	0,4	0,5	1	3,9
Os desafios de acesso aos cursos de pós-graduação em Direito (stricto sensu) na Universidades Federal do Ceará para as pessoas com deficiência.	0	0	0	0	0	0
OS DIREITOS DAS MINORIAS E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES SUBNORMAIS DO ESTADO DO CEARÁ PARA A GARANTIA DA CIDADANIA EM CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA DA ANOMIA IMPLANTADA PELAS FACÇÕES CRIMINOSAS NESTAS LOCALIDADES E O RESTABELECIMENTO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS EM SEU CONTEXTO TELEOLÓGICO	0,7	0,5	0,5	0,5	0,8	3
OS IMPACTOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL.	1	1,5	1	1	1	5,5
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS NOVAS ESTRUTURAS TRABALHISTAS E NA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO LABORAL	1,2	1,6	1,2	1,2	1,5	6,7
Os Impactos do Movimento Feminista nas Decisões do Supremo Tribunal Federal	1	1	1	0,7	1,3	5
OS OFÍCIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESIGUALDADES REGIONAIS E MECANISMOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ	0,8	0,5	0,5	0,5	0,7	3
OS TRIBUTOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA E A EXTRAFISCALIDADE COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.	1,2	1	1	0,8	1	5

PODER PÚBLICO LOCAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E REGULAÇÃO EM FORTALEZA E BRASÍLIA (2020-2021)	1,8	1,5	1,5	1,5	1,7	8
POLÍTICA ECONÔMICA: VETOR IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0	0	0	0	0	0
POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS E ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR AO LADO DO ESTADO	0,8	0,5	0,5	0,5	0,7	3
POLÍTICAS CRIMINAIS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O ABUSO INFANTIL	1,8	1,5	1,8	1,4	1,5	8
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROBLEMÁTICA DECORRENTE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PELA NÃO COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRAZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017.	0,5	0,5	1	0,5	1	3,5
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL: VALORAÇÃO DO TESTEMUNHO POLICIAL NOS PROCESSOS CRIMINAIS	1	0,5	0,7	0,8	1	4
Práticas restaurativas nas escolas como estratégia para a efetivação do direito fundamental à educação e a construção de uma cultura de paz	0	0	0	0	0	0
Princípio da proporcionalidade e Direito Penal: reflexão crítica a respeito da concretização do direito fundamental à segurança pública no Estado do Ceará	0	0	0	0	0	0
PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS DOS BONS GESTORES PÚBLICOS	1	1	0,5	0,5	1	4
PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS HUMANOS E O COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO MECANISMO COLABORATIVO DE PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL	1	1	1	1	1	5
Questão Racial em Ambientes de Trabalho.	0,8	0,4	0,2	0	0,5	1,9
REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA. A FLEXIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO LABORAL E A ASCENDÊNCIA DO CONCEITO ESCRAVOCRATA IMPOSTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA APLICATIVOS	1	0,7	0,5	0,5	1	3,7
RENDA BÁSICA UNIVERSAL: POR UM CAPITALISMO INCLUSIVO	1	1,5	1	0,5	0,5	4,5
Reserva do possível: entre a efetivação dos direitos sociais fundamentais e o sistema constitucional orçamentário brasileiro	0	0	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA: Princípio da Vedação do Retrocesso Social e Flexibilização do Estatuto do Desarmamento com reflexo nos crimes de homicídios.	0	0	0	0	0	0

SEM ENDEREÇO CERTO E OCUPAÇÃO LÍCITA COMPROVADA: O PROBLEMA DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2010 A 2020	1	0,5	1	0,5	1	4
Seria o Ministério Público do Estado do Ceará um instrumento de poder de uma sociedade opressora, patriarcal e colonizadora?	0,7	0,5	0,5	0,5	0,8	3
TRANSCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A POSSIBILIDADE TARDIA DE RECONHECIMENTO DAS JURISDIÇÕES INDÍGENAS VIGENTES EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO	1,3	1	1	0,7	1	5
TRANSFEMINICÍDIO EM FORTALEZA-CE: (IN)APLICABILIDADE DA LEI 11.340/2006 SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	1,7	1,9	1,8	1,5	1,6	8,5
TRIBUTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E AS MATRIZES CONSTITUCIONAIS DO ICMS E DO ISS: SOLUÇÕES PARA PRESERVAR A AUTONOMIA FEDERATIVA	2	1,8	1,7	1,5	2	9
TRIBUTAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	1	0,8	0,5	0,7	1	4
UBERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS NOVOS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ	1,8	2	1,5	1,5	1,7	8,5
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO VALE DO JARI EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI/ AP.	1	1,3	1	0,7	1	5
UMA ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E CUSTO DE OPORTUNIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	1	1,3	1	0,7	1	5
VIDA NUA: O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA	1	1,3	1	0,7	1	5
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM ESPAÇOS VIRTUAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1	0,7	1	0,5	1	3,7

Fortaleza, 24 de outubro 2020

TÍTULO DO PROJETO, Examinador Gérson Marques, 24.10.2020 (DOUTORADO)	ADERÊNCIA A (alínea a)	PROBLE-MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODO LOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
(IN)VISIBILIDADE E A LUTA PELO DIREITO: transporte não-humanizado de pessoas custodiadas pelo Estado e a violação da dignidade humana.	1	0,5	0,5	0,5	1	3,5
A CONTROVÉRSIA DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1,1	1	0,8	1	0,6	4,5
A cor da dor: a Violência obstétrica em mulheres negras a partir da necropolítica no acesso ao Direito Social à Saúde em Fortaleza/CE	1,5	2	2	1,5	2	9
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS	1	1,8	2	1,5	1,5	7,8
A PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	1	0,5	0,5	0,5	1	3,5
A TRIBUTAÇÃO NO ESTADO FISCAL BRASILEIRO EM FACE DAS MUDANÇAS INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ECONÔMICAS PROMOVIDAS PELOS ROBÔS E PELA	1,5	1,5	1,5	1,3	1,2	7
AS NORMAS JURÍDICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: INCLUSÃO SOCIAL E FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	0,5	1	1	1	1	4,5
CORONAVÍRUS E POLUIÇÃO LABOR-AMBIENTAL: ENFOQUE SOB A SAÚDE MENTAL DOS MÉDICOS DE FORTALEZA/CE QUE ATUARAM NO COMBATE A COVID-19	1	1,5	1	1,5	1	6
COSMOPOLITISMO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA UM DIREITO DO TRABALHO GLOBAL	1	2	2	1,5	2	8,5
DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS: Judicialização da Saúde e Extensão do Prazo de Validade de Patentes No Contexto da Pandemia pelo Covid – 19 (SARS-CoV-2)	1	1	1	0,5	1	4,5
DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JURÍDICO	0,5	1	0,5	1	1	4
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: o abandono da Constituição de 1988 decorrente dos retrocessos introduzidos pela Emenda Constitucional n. 95/2016.	1	1	1	0,5	1	4,5
EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS: COMO A EXPERIÊNCIA DO CHILE PODE AJUDAR A DESENHAR A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	1,3	1,3	1,5	0,3	0,4	4,8
ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MORFOLOGIA DO DIREITO DE GREVE	2	2	2	1,5	1,5	9

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE, O DIREITO A CIDADE E DEMOCRACIA: O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO PELAS MINORIAS.	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: omissão da União como limitação ao aumento de outros tributos federais.	1	1	1	0,5	1	4,5
Inseminação artificial caseira e registro de nascimento: proteção da política de erradicação do sub-registro, dos direitos da criança e do casal homoafetivo feminino	1,5	1,5	1,2	1,5	1,3	7
NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO DO CUSTO SOCIAL: UMA ANÁLISE FRENTE ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO E À ECONOMIA DE MERCADO	0	0	0	0	0	0
NEOPOPULISMO E DIREITOS SOCIAIS: ESTADO ASSISTENCIAL DE DIREITO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS INTEGRANTES DO CONE SUL	1,7	1,5	1,3	1,5	1,5	7,5
O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MIGRANTE NO BRASIL: OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS COMO MEDIDA DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA				0		0
O LADO AMARGO DO CHOCOLATE: análise crítica do trabalho análogo ao de escravo nas lavouras de cacau do Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável	1	1	0,5	1	1	4,5
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL	1,5	1,7	1,8	1,5	1,5	8
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL		0		0		0
O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E A TUTELA LEGAL. UMA ABORDAGEM DO BLOCO REGIONAL DA COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)	1	1	1	0,2	0,5	3,7
OPERAÇÃO CARRO-PIPA: AVANÇOS E RETROCESSOS DA POLÍTICA DE ACESSO À ÁGUA E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	1,5	2	2	1,5	2	9
OS IMPACTOS DO AVANÇO TECNOLÓGICO E DO TRANSHUMANISMO NO MUNDO DO TRABALHO: METAMORFOSE DO TRABALHO E O NECESSÁRIO DINAMISMO ADAPTATIVO DO DIREITO DO TRABALHO COMO "ASSENTO" PARA A DIGNIDADE	0,5	1	1,5	1	1	5
PLANEJAMENTO PROCESSUAL E MATERIAL TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA IGUALDADE PARA NEGOCIAR COM A FAZENDA NACIONAL EM TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS E EM NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DE PRECEDENTES DE ACORDO ANTERIORES	1,7	1,5	2	2	1,8	9

POBRES METROPOLES: O PROBLEMATICO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	1	1	1	0,5	1	4,5
POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUTÁRIAS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO ECONÔMICO	1,5	1,5	1,3	1,7	1,5	7,5
POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ.	0,8	0,8	0,5	0,5	1	3,6
VIOLAÇÕES DE DIREITOS DECORRENTES DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: CASOS PAOLA GUSMÃO E EXPOSED FORTAL	1	1	0,5	0,5	1	4
Benefícios fiscais e intervenções seletivas: induzimento de comportamentos ante a uma abordagem regulatória interdisciplinar.	1,1	0,7	0,5	0,5	0,7	3,5

Fortaleza, 24 de outubro 2020

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 01, Examinador Hugo Segundo, 24.10.2020) - MESTRADO	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMAÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A (DES)CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS: DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1	1,2	1	0,6	1,2	5
A (IN) EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO FACE AO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
A (IN) APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES INDÍGENAS DA GRANDE FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA	1,5	1	1	0,8	0,7	5
A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO COMO FENÔMENO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	1,2	1	0,6	0,5	0,7	4
A APLICABILIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL – sob a perspectiva da gestão organizacional e financeira do Sistema Único de Saúde	1,6	0,9	0,9	0,8	0,8	5
A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO	1,6	0,8	0,8	0,8	1	5
A APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	0,9	0,7	0,9	1	5
A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES E PROCESSOS TRABALHISTAS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS A LEI 13.467/2017.	1	0,5	0,5	1	1	4
A ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE INICIATIVA FEDERAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES	1,2	0,7	0,8	0,9	1,4	5
A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CEARÁ EM FACE DA PANDEMIA DA COVID-19	1	1,3	1,2	1	0,5	5
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE FORTALEZA/CE	1	0,8	0,7	0,7	0,8	4
A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO CEARÁ A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA	1,5	1,5	1,5	0,8	2	7,3
A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE LGBT+	1,5	1,6	1,6	1,5	1,3	7,5

A EXIGÊNCIA DO TÍTULO DE ELEITOR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO POPULAR E O DILEMA DA CIDADANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1998: SER ÍNDIO OU SER CIDADÃO?	1,5	1,5	0,5	0,5	1	5
A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E OS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA POLÍCIA	0,9	1,2	0,7	0,2	1	4
A FUNÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER: Uma nova perspectiva de políticas públicas no estudo das desigualdades de gênero	1	1	1	1	1	5
A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REAL DE LAJE: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO DE DIREITO E A PREVENÇÃO DO CONFLITO	1	1,2	0,5	1	1,3	5
A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.	1	1,2	1	1,3	1	5,5
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES COMO FORMA DE DAR EFETIVIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ENTE FEDERATIVO	1	0,8	0,7	1	1	4,5
A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania.	1	0,8	0,8	0,8	0,6	4
A Inclusão Social dos idosos assistidos pelos Centros de Referências em Assistências Sociais (CRAS) na cidade de Parnaíba-PI a luz do Estatuto do Idoso	0,8	0,8	0,6	0,8	1	4
A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO DIREITO DO TRABALHO, ESTABELECIDOS PELA LEI 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	0,7	0,6	0,5	0,2	1	3
A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ	0,5	0,7	0,9	1,3	0,6	4
A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DA ADPF No 442	1	1	1	1	1	5
A LEI 10216/01 E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO GOVERNADOR STÊNIO GOMES	0,5	0,5	0,7	0,5	0,8	3
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	0	0	0	0	0	0
A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA E O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	0,5	1	0,5	0,5	1	3,5

A NECESSARIA VIRTUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E A DIGITALIZAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA NOVA ONDA DE ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO TELETRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	0,8	0,7	0,5	1	1	4
A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO COMBATE A CRIMINALIDADE: RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO POR MEIO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	1	1	0,5	0,5	1	4
A OAB E A ADVOCACIA NEGRA: TERRITÓRIO PARA UMA ORDEM PLURAL E DEMOCRÁTICA?	1,3	1,3	1,8	1,8	1,8	8
A POLÊMICA ACERCA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE ANENCÉFALO, O DIREITO À VIDA, E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	1,3	1,2	1	1	1	5,5
A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PÓS REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	1,6	1,8	1,3	1,7	1,6	8
A PROPORCIONALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL QUE EXIGE CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	1	1	0,6	0,7	0,7	4
A PROTEÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL FRENTE AO REGIME DE TELETRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	0	0	0	0	0	0
A PROTEÇÃO DEFICIENTE PROPORCIONADA PELO ESTADO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA PENAL: UMA PESQUISA SOBRE A EFETIVA TUTELA DAS VÍTIMAS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	1,5	1,5	1,5	1	7
A REFORMA TRABALHISTA: TELETRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL	1	1,2	1,2	0,4	1,2	5
A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ALUSÃO AO PROJETO DE LEI 4.211/12			0	0		0
A RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS LABORAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	0	0	0	0	0	0
A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: A NECESSIDADE DE UMA JUSTIÇA FEITA POR MULHERES E (TAMBÉM) PARA MULHERES	0,5	1	0,6	0,4	1	3,5
A SUSTENTABILIDADE DA SAÚDE SUPLEMENTAR E A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO: O CASO DAS DECISÕES DO REMÉDIO SPINRAZA	1	1	1	1	1	5
A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	1	1	1	1	1	5
A TRADIÇÃO DE REISADO EM JUAZEIRO DO NORTE - CE: Um estudo teórico-prático sobre o impacto dos direitos culturais na promoção da dignidade	0,5	0,9	0,8	0,5	0,3	3

A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA LEI DOS MOTORISTAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE (LEI MUNICIPAL Nº 10.751/2018)	1,1	1	0,9	0,8	1,2	5
A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JULGAMENTO DE PROCESSOS TRIBUTÁRIOS COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1	0,8	0,8	0,8	0,6	4
ABORTO SENTIMENTAL: UMA ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA A PARTIR DA LEI DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	1,5	1	1	1	1	5,5
AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	1,5	1	0,8	0,7	1	5
ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS.	1,1	1	0,6	0,8	1	4,5
ANÁLISE CRÍTICA DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PREVIDENCIÁRIAS Nos 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 E IMPACTOS NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS EMPREGADOS REGIDOS PELO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS.	1,2	0,8	0,8	0,2	0,5	3,5
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS APÓS 2014	0,8	1,1	1,3	0,8	1	5
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA RELAÇÃO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	1	1	0,5	0,5	0,5	3,5
ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL QUE INSTITUI AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E SUA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA DO DIREITO	0,8	0,5	0,4	0,6	0,7	3
ANÁLISE DO PROGRAMA "NOS CONFORMES": O IMPACTO DO COMPLIANCE COOPERATIVO NA RELAÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTE SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIALÓGICA	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	7,5
ANÁLISE DOS LAUDOS PERICIAIS DA PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
Análise jurídica do Geopricing: ponderações ao poderio econômico das grandes corporações no contexto do comércio eletrônico	0,8	0,8	0,8	0,9	0,7	4
Análise sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente no Brasil	0,7	1	0,5	0,5	0,8	3,5
APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	1,8	1,8	1,7	1,5	1,7	8,5

AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E A PROMOÇÃO DE DIREITOS E OPORTUNIDADES AOS PRIVADOS DE LIBERDADE	1,2	1,3	1	1	1	5,5
AS IMPLICAÇÕES DA LGPD NAS RELAÇÕES DE LABOR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1,8	2	1,6	1,6	1,5	8,5
ATENDIMENTO SISTÊMICO JURÍDICO POPULAR: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO	0,5	0,5	1	1	1	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	1	0,8	0,8	0,9	1	4,5
ATUAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO ACESSO A MEDICAMENTOS	1,2	1,3	1	1	1	5,5
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DO PROJETO PREVIDENCIÁRIO DE 1988	1	1	1	1	1	5
COLISÕES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE, DAS FAKE NEWS E DO HATE SPEECH: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA POR MEIOS DIGITAIS.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
Controle de convencionalidade e sua aplicação pelo Estado brasileiro na proteção aos direitos humanos	0	0	0	0	0	0
COTAS UNIVERSITÁRIAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: NOVOS PARADIGMAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS.	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
Criminalidade feminina e o comércio de entorpecentes: uma análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
DA ANÁLISE JURÍDICO-PROCEDIMENTAL DOS ASPECTOS DEMOCRÁTICOS NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	1	1	0,7	0,7	1,1	4,5
DA VULNERABILIDADE AO EMPODERAMENTO: Estudo sobre a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	1	0,9	0,6	0,5	1	4
DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL ENTRE 2005 E 2020	1,5	2	1,8	1,7	1,5	8,5

DESIGUALDADES REGIONAIS E FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS IMPACTOS DA LEI KANDIR NO ICMS	1	1	1	1	1	5
DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	1,5	1,8	1,4	1,4	1,4	7,5
DESORGANIZAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE: indicativos para a realização de políticas públicas na área de segurança			0	0		0
DIREITO À SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO GARANTIDOR AO TRATAMENTO DOS PACIENTES RENAIAS	0,8	0,6	0,5	0,5	0,6	3
Direito de inclusão do Autista na Escola Regular	0,5	1	0,5	0,5	0,5	3
Direito do Trabalho das Pessoas com Deficiência, Do Assistencialismo Estatal à Real Efetivação dos Direitos Fundamentais: Análise da Realidade dos Trabalhadores com Deficiência do Transporte Público Coletivo do Município de Fortaleza.	0	0	0	0	0	0
DIREITO PENAL SUBTERRÂNEO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE CONTROLE ESTATAL NA POLÍCIA MILITAR			0	0		0
Direitos Fundamentais e Políticas Públicas.	0,5	0,2	0,3	0,2	0,8	2
DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
DÍSCURSO DE ÓDIO, MÍDIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ASPECTOS JURÍDICOS E (IN) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	1,2	0,9	0,8	0,3	0,8	4
Do Direito Fundamental à Educação e à Cultura e a implementação de projetos sociais de ensino da música sacra nas comunidades carentes	1	1,2	1,3	1	1	5,5
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	1	1	1	1	1	5
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	1	1,4	0,8	0,3	1	4,5
ENTRE A TUTELA INFANTO-JUVENIL E A RESPONSABILIDADE PENAL APLICÁVEL À ADOLESCÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	8,5
Escola Inclusiva: Uma análise sobre a efetividade do direito à educação proposto pelas políticas públicas do MEC para crianças com deficiência no município de Fortaleza	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DA COPARTICIPAÇÃO PERANTE O RESSARCIMENTO AO SUS	1	1	1	1	1	5
EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: JUSTIFICATIVAS E LIMITES PARA UM NOVO MODELO DE COBRANÇA COATIVA	1	1	1	1,1	0,9	5

FILHAS ÓRFÃS DE PAIS VIVOS: O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO.	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIGÊNCIA DO TETO DOS GASTOS APÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1,2	0,8	0,8	1,2	1	5
GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM VIRTUDE DE ACOMETIMENTOS DE SAÚDE PSÍQUICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE LABORAL		0		0		0
POLÍTICAS PÚBLICAS						
GREVE POLICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: CONSTITUCIONALIDADE, ALCANCE E FUTURO DA REGULAMENTAÇÃO	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
HOMOPARENTALIDADE COMO QUEBRA DE PARADIGMA À HETERONORMATIVIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	1,5	1,4	1,3	1,4	1,4	7
IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO CONTRA A CRISE DE IDENTIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA	1	1	1	1	1	5
Inteligência Artificial aplicada às Finanças Públicas como ferramenta para garantir a efetividade do Controle Social sobre os gastos públicos.	1,2	1	0,8	1	1	5
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO: o direito à proteção de dados pessoais do empregado e a discriminação algorítmica laboral	1,5	2	2	2	2	9,5
Investigação sobre a forma de criação de valor das empresas digitais e a sua equivalência em face das empresas tradicionais sob a luz da Constituição Federal de 1988: um possível desrespeito ao princípio constitucional da isonomia?	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
INVIOLABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL	1,2	0,8	1	0,8	1,2	5
JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FACE A NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	1,5	0,5	1	1	1	5
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS QUE NECESSITAM DE DISPÊNDIO DE RECURSOS HUMANOS.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
JUIZ DE GARANTIAS: OS DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHILENA.	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE À PANDEMIA GLOBAL DO CORONAVÍRUS À LUZ DA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,5	0,5	0,8	0,6	0,6	3

LIMITES DA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA TRANSAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1	1	0,7	0,8	0,5	4
MULHERES ENCARCERADAS E O ESTADO : OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS PRESTAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO DA MATA ESCURA/BA	1,5	1	1	1	1	5,5
MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	0,8	0,9	0,7	0,8	0,8	4
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS MINORIAS NO BRASIL	1	0,8	0,7	1	1	4,5
O ACESSO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) AO MERCADO DE TRABALHO	1,2	2	1,5	1,3	1,5	7,5
O CRIME DE ABORTO E O SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DIRETA POPULAR DIANTE DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1	1	1	1	1	5
O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	1	1	0,8	1,2	1	5
O DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.			0	0		0
O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	1,5	2	1,6	1,6	1,8	8,5
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: A necessidade de proteger dados pessoais pretéritos.	1,4	1	1	0,8	0,8	5
O DIREITO DE LIBERDADE E A POSSIBILIDADE DE SEUS LIMITES À LUZ DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSOS DE ÓDIO	0,8	0,8	0,7	0,9	0,8	4
O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	1,8	1,4	1,5	1,5	1,8	8
O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E LIBERDADE E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA PROBLEMÁTICA A LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
O DIREITO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO E O ASSÉDIO SEXUAL POR INTIMIDAÇÃO	1,8	1,8	1,6	1,5	1,8	8,5
O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Mecanismos jurídico-regulatórios para a efetivação do princípio da igualdade no contexto dos algoritmos de tomada de decisão	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IDEAL DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	1	1	0,5	0,5	1	4
O DIREITO FUNDAMENTAL DE SER FILHO	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	7,5
O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO COMO MEIO EFICAZ DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	0	0	0	0	0	0
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO: DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA CONJUNTURA VIOLADORA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	1,2	1	0,8	1	1	5
O EVENTO DISCURSIVO DAS SÚMULAS VINCULANTES: SOBRE O ASSUJEITAMENTO DOS SENTIDOS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA.	1	0,8	0,5	0,7	1	4
O ÊXODO RURAL: processo histórico, políticas públicas, as comunidades carentes em áreas de risco nos grandes centros e a dignidade da pessoa humana como direito fundamental	1,5	1	1	1	1	5,5
O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO.	1	0,6	1	0,6	0,8	4
O MÍNIMO EXISTENCIAL DO DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA (STA) No 175 DO STF E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS	1	1	1	1	1	5
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COMO DEFENSOR PERMANENTE DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO PROJETO OSCLEGAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: O FORMATO DA SINDICÂNCIA NO BRASIL PÓS-REFORMA TRABALHISTA E A (IN)EFETIVA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	1,5	1,8	1,8	1,5	1,8	8,4
O PAPEL DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS ADITIVAS EM FACE DO DESMONTE DO APARATO ESTATAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
O PERCURSO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANÁLISES DE UMA POLÍTICA DO DIREITO DAS MINORIAS E O FORTALECIMENTO DE CIDADANIAS	1,5	1	0,8	0,7	1	5
O PRINCÍPIO DA "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA" SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, UM LEVANTAMENTO DE SUA EFETIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS.	1,7	1,8	1,7	1,6	1,7	8,5

O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E A PROTEÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
O REGIME DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZPE COMO POSSÍVEL PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1,5	1,5	1,5	1,5	1	7
O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE: O USO DA GESTÃO FUNDIÁRIA EM ABORDAGEM PRÁTICA CARTORIAL	1	1	1	1	1	5
O VALOR SOCIAL DO TRABALHO FRENTE A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO PELO LEGISLADO NA LEI 13.467/2017: LIMITES AO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O NEOTRABALHISMO EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR CIDADÃO	0	0	0	0	0	0
OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE DO ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS	1,8	1,6	1,6	1,7	1,8	8,5
OS DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS	1	1	0,5	0,5	1	4
Os desafios de acesso aos cursos de pós-graduação em Direito (stricto sensu) na Universidades Federal do Ceará para as pessoas com deficiência.	0	0	0	0	0	0
OS DIREITOS DAS MINORIAS E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES SUBNORMAIS DO ESTADO DO CEARÁ PARA A GARANTIA DA CIDADANIA EM CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA DA ANOMIA IMPLANTADA PELAS FACÇÕES CRIMINOSAS NESTAS LOCALIDADES E O RESTABELECIMENTO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS EM SEU CONTEXTO TELEOLÓGICO	0,6	0,4	0,8	0,7	0,5	3
OS IMPACTOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL.	1	1	0,8	0,7	1	4,5
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS NOVAS ESTRUTURAS TRABALHISTAS E NA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO LABORAL	1,3	1,6	1,3	1,3	1,5	7
Os Impactos do Movimento Feminista nas Decisões do Supremo Tribunal Federal	1,5	1	0,8	0,7	1	5
OS OFÍCIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESIGUALDADES REGIONAIS E MECANISMOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	0,6	0,6	0,8	3
OS TRIBUTOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA E A EXTRAFISCALIDADE COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.	1	1	1	1	1	5

PODER PÚBLICO LOCAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E REGULAÇÃO EM FORTALEZA E BRASÍLIA (2020-2021)	1,5	1,7	1,6	1,5	1,7	8
POLÍTICA ECONÔMICA: VETOR IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS			0	0		0
POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS E ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR AO LADO DO ESTADO	0,5	0,5	0,5	0,7	0,8	3
POLÍTICAS CRIMINAIS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O ABUSO INFANTIL	1,5	1,6	1,6	1,5	1,8	8
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROBLEMÁTICA DECORRENTE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PELA NÃO COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRAZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017.	0,7	0,7	1,1	0,5	1	4
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL: VALORAÇÃO DO TESTEMUNHO POLICIAL NOS PROCESSOS CRIMINAIS	1	0,5	0,8	0,8	0,9	4
Práticas restaurativas nas escolas como estratégia para a efetivação do direito fundamental à educação e a construção de uma cultura de paz			0	0		0
Princípio da proporcionalidade e Direito Penal: reflexão crítica a respeito da concretização do direito fundamental à segurança pública no Estado do Ceará		0		0		0
PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS DOS BONS GESTORES PÚBLICOS	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	4
PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS HUMANOS E O COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO MECANISMO COLABORATIVO DE PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL	1	1	1	1	1	5
Questão Racial em Ambientes de Trabalho.	0,8	0,4	0,3	0	0,5	2
REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA. A FLEXIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO LABORAL E A ASCENDÊNCIA DO CONCEITO ESCRAVOCRATA IMPOSTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA APLICATIVOS	1	0,9	0,6	0,5	1	4
RENDA BÁSICA UNIVERSAL: POR UM CAPITALISMO INCLUSIVO	1	1,5	1	0,8	0,7	5
Reserva do possível: entre a efetivação dos direitos sociais fundamentais e o sistema constitucional orçamentário brasileiro	0	0	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA: Princípio da Vedação do Retrocesso Social e Flexibilização do Estatuto do Desarmamento com reflexo nos crimes de homicídios.			0	0		0

SEM ENDEREÇO CERTO E OCUPAÇÃO LÍCITA COMPROVADA: O PROBLEMA DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2010 A 2020	0,8	0,9	0,7	0,8	0,8	4
Seria o Ministério Público do Estado do Ceará um instrumento de poder de uma sociedade opressora, patriarcal e colonizadora?	0,6	0,5	0,5	0,5	0,9	3
TRANSCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A POSSIBILIDADE TARDIA DE RECONHECIMENTO DAS JURISDIÇÕES INDÍGENAS VIGENTES EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO	1,2	1	0,8	1	1	5
TRANSFEMINICÍDIO EM FORTALEZA-CE: (IN)APLICABILIDADE DA LEI 11.340/2006 SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	1,6	1,7	1,8	1,8	1,6	8,5
TRIBUTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E AS MATRIZES CONSTITUCIONAIS DO ICMS E DO ISS: SOLUÇÕES PARA PRESERVAR A AUTONOMIA FEDERATIVA	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
TRIBUTAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	0,8	0,9	0,7	0,7	0,9	4
UBERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS NOVOS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ	1,8	2	1,5	1,5	1,7	8,5
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO VALE DO JARI EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI/ AP.	1	1	1	1	1	5
UMA ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E CUSTO DE OPORTUNIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	0,8	0,8	1,2	1,2	1	5
VIDA NUA: O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA	1	1	1	1	1	5
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM ESPAÇOS VIRTUAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1	0,8	1	0,5	0,7	4

Fortaleza, 24 de outubro 2020

TÍTULO DO PROJETO, Examinador Hugo Segundo, 24.10.2020 (DOUTORADO)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLE-MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
(IN)VISIBILIDADE E A LUTA PELO DIREITO: transporte não-humanizado de pessoas custodiadas pelo Estado e a violação da dignidade humana.	1	1	0,8	0,7	0,5	4
A CONTROVÉRSIA DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1,3	1,2	1,3	0,8	0,9	5,5
A cor da dor: a Violência obstétrica em mulheres negras a partir da necropolítica no acesso ao Direito Social à Saúde em Fortaleza/CE	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS	1,5	1,4	1,7	1,7	1,7	8
A PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	1	0,5	0,8	0,5	1,2	4
A TRIBUTAÇÃO NO ESTADO FISCAL BRASILEIRO EM FACE DAS MUDANÇAS INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ECONÔMICAS PROMOVIDAS PELOS ROBÔS E PELA	1,6	1,8	1,4	1,2	1,5	7,5
AS NORMAS JURÍDICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: INCLUSÃO SOCIAL E FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	0,5	0,7	1	0,8	1	4
CORONAVÍRUS E POLUIÇÃO LABOR-AMBIENTAL: ENFOQUE SOB A SAÚDE MENTAL DOS MÉDICOS DE FORTALEZA/CE QUE ATUARAM NO COMBATE A COVID-19	1	1,2	1	1,3	1	5,5
COSMOPOLITISMO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA UM DIREITO DO TRABALHO GLOBAL	1	1,8	2	1,5	2	8,3
DIREITO A SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS: Judicialização da Saúde e Extensão do Prazo de Validade de Patentes No Contexto da Pandemia pelo Covid – 19 (SARS-CoV-2)	1,5	1	1,5	1	0,5	5,5
DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JURÍDICO	0,8	1	0,9	1	1,3	5
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: o abandono da Constituição de 1988 decorrente dos retrocessos introduzidos pela Emenda Constitucional n. 95/2016.	1,5	1,2	0,6	0,7	1,5	5,5
EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS: COMO A EXPERIÊNCIA DO CHILE PODE AJUDAR A DESENHAR A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	1,4	1,4	1,5	0,3	0,4	5
ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MORFOLOGIA DO DIREITO DE GREVE	2	2	2	1,5	1,5	9

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE, O DIREITO A CIDADE E DEMOCRACIA: O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO PELAS MINORIAS.		0		0		0
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: omissão da União como limitação ao aumento de outros tributos federais.	1,2	1,3	1,2	0,8	1	5,5
Inseminação artificial caseira e registro de nascimento: proteção da política de erradicação do sub-registro, dos direitos da criança e do casal homoafetivo feminino	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	7,5
NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO DO CUSTO SOCIAL: UMA ANÁLISE FRENTE ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO E À ECONOMIA DE MERCADO	0	0	0	0	0	
NEOPOPULISMO E DIREITOS SOCIAIS: ESTADO ASSISTENCIAL DE DIREITO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS INTEGRANTES DO CONE SUL	1,1	1,3	1,6	1	1,5	6,5
O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MIGRANTE NO BRASIL: OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS COMO MEDIDA DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA				0		0
O LADO AMARGO DO CHOCOLATE: análise crítica do trabalho análogo ao de escravo nas lavouras de cacau do Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável	1	1	0,5	1	1	4,5
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	7,5
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL		0		0		0
O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E A TUTELA LEGAL. UMA ABORDAGEM DO BLOCO REGIONAL DA COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)	1,3	1,2	1	0,5	0,5	4,5
OPERAÇÃO CARRO-PIPA: AVANÇOS E RETROCESSOS DA POLÍTICA DE ACESSO À ÁGUA E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
OS IMPACTOS DO AVANÇO TECNOLÓGICO E DO TRANSHUMANISMO NO MUNDO DO TRABALHO: METAMORFOSE DO TRABALHO E O NECESSÁRIO DINAMISMO ADAPTATIVO DO DIREITO DO TRABALHO COMO "ASSENTO" PARA A DIGNIDADE	0,8	1,2	1,5	1	1	5,5
PLANEJAMENTO PROCESSUAL E MATERIAL TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA IGUALDADE PARA NEGOCIAR COM A FAZENDA NACIONAL EM TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS E EM NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DE PRECEDENTES DE ACORDO ANTERIORES	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	9

POBRES METROPOLES: O PROBLEMATICO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	1	1,2	1,3	1	1	5,5
POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUTÁRIAS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO ECONÔMICO	1,8	1,8	1,5	1,8	1,6	8,5
POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ.	1	0,8	0,7	0,5	1	4
VIOLAÇÕES DE DIREITOS DECORRENTES DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: CASOS PAOLA GUSMÃO E EXPOSED FORTAL	0,8	0,7	0,7	0,8	1	4
Benefícios fiscais e intervenções seletivas: induzimento de comportamentos ante a uma abordagem regulatória interdisciplinar.	1	0,7	0,8	0,5	1	4

Fortaleza, 24 de outubro 2020

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 01, Examinador Marciano Godoi, 24.10.2020) - MESTRADO	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMAÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A (DES)CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS: DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1	1	1	0,5	1	4,5
A (IN) EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO FACE AO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
A (IN)APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES INDÍGENAS DA GRANDE FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA	1	1,5	1	1	1	5,5
A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO COMO FENÔMENO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	1	0,5	0,5	1	1	4
A APLICABILIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL – sob a perspectiva da gestão organizacional e financeira do Sistema Único de Saúde	1	1	1	1	1	5
A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO	1,5	1	1	1	1	5,5
A APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO ESTADO DO CEARÁ	1	0,5	1	1	1	4,5
A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES E PROCESSOS TRABALHISTAS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS A LEI 13.467/2017.	1	0,5	0,5	1	1	4
A ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE INICIATIVA FEDERAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES	1	0,5	0,5	1	1,5	4,5
A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CEARÁ EM FACE DAPANDEMIA DA COVID-19	1	1	1	0,5	0,5	4
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE FORTALEZA/CE	1	0,5	0,5	1	1	4
A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO CEARÁ A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA	1,6	1,5	1	0,9	2	7
A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE LGBT+	2	1	2	1	1	7

A EXIGÊNCIA DO TÍTULO DE ELEITOR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO POPULAR E O DILEMA DA CIDADANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1998: SER ÍNDIO OU SER CIDADÃO?	1	1	0,5	0,5	1	4
A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E OS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA POLÍCIA	0,7	0,6	0,5	0,2	1	3
A FUNÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER: Uma nova perspectiva de políticas públicas no estudo das desigualdades de gênero	1	1	1	1	1	5
A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REAL DE LAJE: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO DE DIREITO E A PREVENÇÃO DO CONFLITO	1	1	0,5	0,5	1	4
A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.	1	1	1	1	1	5
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES COMO FORMA DE DAR EFETIVIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ENTE FEDERATIVO	1	1	1	1	1	5
A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania.	1	0,5	0,5	1	1	4
A Inclusão Social dos idosos assistidos pelos Centros de Referências em Assistências Sociais (CRAS) na cidade de Parnaíba-PI a luz do Estatuto do Idoso	1	0,5	0,5	1	1	4
A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO DIREITO DO TRABALHO, ESTABELECIDOS PELA LEI 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	0,5	0,5	0,5	0	0,5	2
A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ	1	0,5	0,5	1	1	4
A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DA ADPF No 442	1	1	1	1	1	5
A LEI 10216/01 E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO GOVERNADOR STÊNIO GOMES	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	1	1	1	1	1	5
A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA E O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	0,5	1	0,5	0,5	1	3,5

A NECESSARIA VIRTUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E A DIGITALIZAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA NOVA ONDA DE ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO TELETRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO COMBATE A CRIMINALIDADE: RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO POR MEIO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	1	1	0,5	0,5	1	4
A OAB E A ADVOCACIA NEGRA: TERRITÓRIO PARA UMA ORDEM PLURAL E DEMOCRÁTICA?	2	2	2	1	1	8
A POLÊMICA ACERCA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE ANENCÉFALO, O DIREITO À VIDA, E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	1	1	1	1	1	5
A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PÓS REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	1,5	1,7	1,3	1,5	1,5	7,5
A PROPORCIONALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL QUE EXIGE CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	1	1	0,5	0,5	1	4
A PROTEÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL FRENTE AO REGIME DE TELETRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	0	0	0	0	0	0
A PROTEÇÃO DEFICIENTE PROPORCIONADA PELO ESTADO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA PENAL: UMA PESQUISA SOBRE A EFETIVA TUTELA DAS VÍTIMAS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO CEARÁ	2	1	1,5	1,5	1,5	7,5
A REFORMA TRABALHISTA: TELETRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL	1	1	1	1	1	5
A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ALUSÃO AO PROJETO DE LEI 4.211/12	0	0	0	0	0	0
A RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS LABORAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	0	0	0	0	0	0
A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: A NECESSIDADE DE UMA JUSTIÇA FEITA POR MULHERES E (TAMBÉM) PARA MULHERES	0,5	1	0,5	0,5	1	3,5
A SUSTENTABILIDADE DA SAÚDE SUPLEMENTAR E A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO: O CASO DAS DECISÕES DO REMÉDIO SPINRAZA	1	1	1	1	1	5
A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	1,5	1	1	1	1	5,5

A TRADIÇÃO DE REISADO EM JUAZEIRO DO NORTE - CE: Um estudo teórico-prático sobre o impacto dos direitos culturais na promoção da dignidade	0,5	0,7	0,8	0,5	0,5	3
A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA LEI DOS MOTORISTAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE (LEI MUNICIPAL Nº 10.751/2018)	1	1	1	1	1	5
A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JULGAMENTO DE PROCESSOS TRIBUTÁRIOS COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1	1	0,5	0,5	1	4
ABORTO SENTIMENTAL: UMA ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA A PARTIR DA LEI DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	1	1	1	1	1	5
AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2	1	1	0,5	1	5,5
ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS.	1,1	1	0,6	0,8	1	4,5
ANÁLISE CRÍTICA DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PREVIDENCIÁRIAS Nos 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 E IMPACTOS NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS EMPREGADOS REGIDOS PELO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS.	1	0,6	0,7	0,2	0,5	3
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS APÓS 2014	1	1	1	1	1	5
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA RELAÇÃO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	1	1	0,5	0,5	0,5	3,5
ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL QUE INSTITUI AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E SUA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA DO DIREITO	0	0	1	1	1	3
ANÁLISE DO PROGRAMA "NOS CONFORMES": O IMPACTO DO COMPLIANCE COOPERATIVO NA RELAÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTE SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIALÓGICA	2	1	1	2	1	7
ANÁLISE DOS LAUDOS PERICIAIS DA PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	1	1	0,5	0,5	1	4
Análise jurídica do Geopricing: ponderações ao poderio econômico das grandes corporações no contexto do comércio eletrônico	1	1	0,5	0,5	1	4

Análise sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente no Brasil	1	1	0,5	0,5	1	4
APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	1,6	2	1,7	1,5	1,7	8,5
AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E A PROMOÇÃO DE DIREITOS E OPORTUNIDADES AOS PRIVADOS DE LIBERDADE	1	1	1	1	1	5
AS IMPLICAÇÕES DA LGPD NAS RELAÇÕES DE LABOR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1,8	1,7	1,5	1,5	1,5	8
ATENDIMENTO SISTÊMICO JURÍDICO POPULAR: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO	0,5	0,5	1	1	1	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO	1	1	0,5	0,5	1	4
ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	1	0	1	0	1	3
ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	1	1	1	1	1	5
ATUAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO ACESSO A MEDICAMENTOS	1	1	1	1	1	5
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DO PROJETO PREVIDENCIÁRIO DE 1988	1	1	1	1	1	5
COLISÕES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE, DAS FAKE NEWS E DO HATE SPEECH: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA POR MEIOS DIGITAIS.	1	1	0,5	0,5	1	4
Controle de convencionalidade e sua aplicação pelo Estado brasileiro na proteção aos direitos humanos	0	0	0	0	0	0
COTAS UNIVERSITÁRIAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: NOVOS PARADIGMAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS.	2	1	2	2	2	9
Criminalidade feminina e o comércio de entorpecentes: uma análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	2	1	2	2	2	9
DA ANÁLISE JURÍDICO-PROCEDIMENTAL DOS ASPECTOS DEMOCRÁTICOS NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	1	1	1	1	1	5

DA VULNERABILIDADE AO EMPODERAMENTO: Estudo sobre a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	1	1	0,5	0,5	1	4
DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL ENTRE 2005 E 2020	1,5	2	1,8	1,7	1,5	8,5
DESIGUALDADES REGIONAIS E FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS IMPACTOS DA LEI KANDIR NO ICMS	1	1	1	1	1	5
DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	2	1	1	1	2	7
DESORGANIZAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE: indicativos para a realização de políticas públicas na área de segurança	0	0	0	0	0	0
DIREITO À SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO GARANTIDOR AO TRATAMENTO DOS PACIENTES RENAIAS	1	0	1	0	1	3
Direito de inclusão do Autista na Escola Regular	0,5	1	0,5	0,5	0,5	3
Direito do Trabalho das Pessoas com Deficiência, Do Assistencialismo Estatal à Real Efetivação dos Direitos Fundamentais: Análise da Realidade dos Trabalhadores com Deficiência do Transporte Público Coletivo do Município de Fortaleza.	0	0	0	0	0	0
DIREITO PENAL SUBTERRÂNEO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE CONTROLE ESTATAL NA POLÍCIA MILITAR	0	0	0	0	0	0
Direitos Fundamentais e Políticas Públicas.	1	0	0	0	1	2
DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ	1	0	1	0,5	1,5	4
DISCURSO DE ÓDIO, MÍDIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ASPECTOS JURÍDICOS E (IN) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	1,5	1	1	0,5	1	5
Do Direito Fundamental à Educação e à Cultura e a implementação de projetos sociais de ensino da música sacra nas comunidades carentes	1	1	1	1	1	5
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	1	1	1	1	1	5
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	1,2	1,5	0,8	0,5	1	5
ENTRE A TUTELA INFANTO-JUVENIL E A RESPONSABILIDADE PENAL APLICÁVEL À ADOLESCÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	2	1	2	2	2	9

Escola Inclusiva: Uma análise sobre a efetividade do direito à educação proposto pelas políticas públicas do MEC para crianças com deficiência no município de Fortaleza	1	0	1	0,5	1,5	4
ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DA COPARTICIPAÇÃO PERANTE O RESSARCIMENTO AO SUS	1	1	1	1	1	5
EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: JUSTIFICATIVAS E LIMITES PARA UM NOVO MODELO DE COBRANÇA COATIVA	0,5	0,5	1,5	0,5	1,5	4,5
FILHAS ÓRFÃS DE PAIS VIVOS: O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO.	2	1	2	2	2	9
FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIGÊNCIA DO TETO DOS GASTOS APÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	1	1	1	1	1	5
GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM VIRTUDE DE ACOMETIMENTOS DE SAÚDE PSÍQUICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE LABORAL	1	1	1	1	1	5
POLÍTICAS PÚBLICAS						
GREVE POLICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: CONSTITUCIONALIDADE, ALCANCE E FUTURO DA REGULAMENTAÇÃO	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	9
HOMOPARENTALIDADE COMO QUEBRA DE PARADIGMA À HETERONORMATIVIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	2	1	1	1	2	7
IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO CONTRA A CRISE DE IDENTIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA	1	1	1	1	1	5
Inteligência Artificial aplicada às Finanças Públicas como ferramenta para garantir a efetividade do Controle Social sobre os gastos públicos.	1	1	1	0,5	1	4,5
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO: o direito à proteção de dados pessoais do empregado e a discriminação algorítmica laboral	1,5	2	2	2	2	9,5
Investigação sobre a forma de criação de valor das empresas digitais e a sua equivalência em face das empresas tradicionais sob a luz da Constituição Federal de 1988: um possível desrespeito ao princípio constitucional da isonomia?	2	1	2	2	2	9
INVIOLABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL	1	1	1	1	1	5
JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FACE A NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	1	1	1	1	1	5

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS QUE NECESSITAM DE DISPÊNDIO DE RECURSOS HUMANOS.	1	0	1	1	1	4
JUIZ DE GARANTIAS: OS DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHILENA.	2	1	2	2	2	9
LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE À PANDEMIA GLOBAL DO CORONAVÍRUS À LUZ DA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,5	0,3	0,4	0,3	0,5	2
LIMITES DA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA TRANSAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
MULHERES ENCARCERADAS E O ESTADO : OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS PRESTAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO DA MATA ESCURA/BA	1	1	1	1	1	5
MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	1	0,5	0,5	1	1	4
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS MINORIAS NO BRASIL	1	1	1	1	1	5
O ACESSO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) AO MERCADO DE TRABALHO	1	2	1,5	1	1,5	7
O CRIME DE ABORTO E O SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DIRETA POPULAR DIANTE DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1	1	1	1	1	5
O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	1	1	1	1	1	5
O DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.	0	0	0	0	0	0
O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	1,5	2	1,5	1,2	1,8	8
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: A necessidade de proteger dados pessoais pretéritos.	1	0,5	1	1	1	4,5
O DIREITO DE LIBERDADE E A POSSIBILIDADE DE SEUS LIMITES À LUZ DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSOS DE ÓDIO	1	0,5	1	0,5	1	4
O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	2	1	2	1	2	8

O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E LIBERDADE E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA PROBLEMÁTICA A LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	2	1	2	2	1	8
O DIREITO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO E O ASSÉDIO SEXUAL POR INTIMIDAÇÃO	2	1	2	2	1	8
O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Mecanismos jurídico-regulatórios para a efetivação do princípio da igualdade no contexto dos algoritmos de tomada de decisão	2	1	2	2	2	9
O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IDEAL DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	1	0,5	1	0,5	1	4
O DIREITO FUNDAMENTAL DE SER FILHO	2	1	1	2	1	7
O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO COMO MEIO EFICAZ DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	0	0	0	0	0	0
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO: DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA CONJUNTURA VIOLADORA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	1	1	1	1	1	5
O EVENTO DISCURSIVO DAS SÚMULAS VINCULANTES: SOBRE O ASSUJEITAMENTO DOS SENTIDOS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA.	1	0,5	1	0,5	1	4
O ÊXODO RURAL: processo histórico, políticas públicas, as comunidades carentes em áreas de risco nos grandes centros e a dignidade da pessoa humana como direito fundamental	1	1	1	1	1	5
O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO.	1	0,5	1	0,5	0,5	3,5
O MÍNIMO EXISTENCIAL DO DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA (STA) No 175 DO STF E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS	1	1	1	1	1	5
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COMO DEFENSOR PERMANENTE DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO PROJETO OSCLEGAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DO CEARÁ	1	0,5	0,5	0,5	0,5	3
O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: O FORMATO DA SINDICÂNCIA NO BRASIL PÓS-REFORMA TRABALHISTA E A (IN)EFETIVA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	1,6	1,8	1,8	1,5	1,8	8,5

O PAPEL DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS ADITIVAS EM FACE DO DESMONTE DO APARATO ESTATAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	1	0,5	1	0,5	1	4
O PERCURSO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANALISES DE UMA POLÍTICA DO DIREITO DAS MINORIAS E O FORTALECIMENTO DE CIDADANIAS	1	1	1	1	1	5
O PRINCÍPIO DA "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA" SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, UM LEVANTAMENTO DE SUA EFETIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS.	2	1	2	2	1	8
O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E A PROTEÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO	1	0,5	1	0,5	1	4
O REGIME DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZPE COMO POSSÍVEL PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1	1	2	0,5	2	6,5
O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE: O USO DA GESTÃO FUNDIÁRIA EM ABORDAGEM PRÁTICA CARTORIAL	1	1	1	1	1	5
O VALOR SOCIAL DO TRABALHO FRENTE A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO PELO LEGISLADO NA LEI 13.467/2017: LIMITES AO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O NEOTRABALHISMO EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR CIDADÃO	0	0	0	0	0	0
OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE OS ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS	2	1	2	2	2	9
OS DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS	1	1	0,5	0,5	1	4
Os desafios de acesso aos cursos de pós-graduação em Direito (stricto sensu) na Universidades Federal do Ceará para as pessoas com deficiência.	0	0	0	0	0	0
OS DIREITOS DAS MINORIAS E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES SUBNORMAIS DO ESTADO DO CEARÁ PARA A GARANTIA DA CIDADANIA EM CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA DA ANOMIA IMPLANTADA PELAS FACÇÕES CRIMINOSAS NESTAS LOCALIDADES E O RESTABELECIMENTO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS EM SEU CONTEXTO TELEOLÓGICO	0,5	0,5	1	0,5	0,5	3
OS IMPACTOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL.	1	1	1	1	1	5

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS NOVAS ESTRUTURAS TRABALHISTAS E NA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO LABORAL	1,2	1,6	1	1,2	1,5	6,5
Os Impactos do Movimento Feminista nas Decisões do Supremo Tribunal Federal	1	1	1	1	1	5
OS OFÍCIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESIGUALDADES REGIONAIS E MECANISMOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ	0,5	0,5	1	0,5	0,5	3
OS TRIBUTOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA E A EXTRAFISCALIDADE COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.	1	1	1	1	1	5
PODER PÚBLICO LOCAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E REGULAÇÃO EM FORTALEZA E BRASÍLIA (2020-2021)	2	1	2	2	1	8
POLÍTICA ECONÔMICA: VETOR IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0	0	0	0	0	0
POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS E ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR AO LADO DO ESTADO	0,5	0,5	1	0,5	0,5	3
POLÍTICAS CRIMINAIS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O ABUSO INFANTIL	2	1	2	2	1	8
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROBLEMÁTICA DECORRENTE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PELA NÃO COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRAZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017.	0,5	0,5	0,5	0,5	1	3
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL: VALORAÇÃO DO TESTEMUNHO POLICIAL NOS PROCESSOS CRIMINAIS	1	0,5	1	0,5	1	4
Práticas restaurativas nas escolas como estratégia para a efetivação do direito fundamental à educação e a construção de uma cultura de paz	0	0	0	0	0	0
Princípio da proporcionalidade e Direito Penal: reflexão crítica a respeito da concretização do direito fundamental à segurança pública no Estado do Ceará	0	0	0	0	0	0
PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS DOS BONS GESTORES PÚBLICOS	1	0,5	1	0,5	1	4
PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS HUMANOS E O COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO MECANISMO COLABORATIVO DE PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL	1	1	1	1	1	5
Questão Racial em Ambientes de Trabalho.	0,8	0,4	0,3	0	0,5	2

REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA. A FLEXIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO LABORAL E A ASCENDÊNCIA DO CONCEITO ESCRAVOCRATA IMPOSTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA APLICATIVOS	1	0,5	0,5	0,5	1	3,5
RENDA BÁSICA UNIVERSAL: POR UM CAPITALISMO INCLUSIVO	1	1	1	0,5	0,5	4
Reserva do possível: entre a efetivação dos direitos sociais fundamentais e o sistema constitucional orçamentário brasileiro	0	0	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA: Princípio da Vedação do Retrocesso Social e Flexibilização do Estatuto do Desarmamento com reflexo nos crimes de homicídios.	0	0	0	0	0	0
SEM ENDEREÇO CERTO E OCUPAÇÃO LICITA COMPROVADA: O PROBLEMA DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2010 A 2020	1	0,5	1	0,5	1	4
Seria o Ministério Público do Estado do Ceará um instrumento de poder de uma sociedade opressora, patriarcal e colonizadora?	0,5	0,5	1	0,5	0,5	3
TRANSCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A POSSIBILIDADE TARDIA DE RECONHECIMENTO DAS JURISDIÇÕES INDÍGENAS VIGENTES EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO	1	1	1	1	1	5
TRANSFEMINICÍDIO EM FORTALEZA-CE: (IN)APLICABILIDADE DA LEI 11.340/2006 SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	2	1,5	2	1	2	8,5
TRIBUTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E AS MATRIZES CONSTITUCIONAIS DO ICMS E DO ISS: SOLUÇÕES PARA PRESERVAR A AUTONOMIA FEDERATIVA	2	1	2	2	2	9
TRIBUTAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	1	0,5	1	0,5	1	4
UBERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS NOVOS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ	1,8	2	1,5	1,5	1,7	8,5
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO VALE DO JARI EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI/ AP.	1	1	1	1	1	5
UMA ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E CUSTO DE OPORTUNIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	1	1	1	1	1	5
VIDA NUA: O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA	1	1	1	1	1	5
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM ESPAÇOS VIRTUAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1	0,5	1	0,5	1	3,5

Fortaleza, 24 de outubro 2020

TÍTULO DO PROJETO, Examinador Marciano Godoi, 24.10.2020 (DOUTORADO)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLE-MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
(IN)VISIBILIDADE E A LUTA PELO DIREITO: transporte não-humanizado de pessoas custodiadas pelo Estado e a violação da dignidade humana.	1	1	1	1	0,5	4,5
A CONTROVÉRSIA DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1	1	1	1	1	5
A cor da dor: a Violência obstétrica em mulheres negras a partir da necropolítica no acesso ao Direito Social à Saúde em Fortaleza/CE	2	2	2	2	1	9
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS	1	1,8	2	1,5	1,3	7,6
A PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	1	1	0,5	0,5	1	4
A TRIBUTAÇÃO NO ESTADO FISCAL BRASILEIRO EM FACE DAS MUDANÇAS INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ECONÔMICAS PROMOVIDAS PELOS ROBÔS E PELA	1	1	2	2	2	8
AS NORMAS JURÍDICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: INCLUSÃO SOCIAL E FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	1	1	1	1	1	5
CORONAVÍRUS E POLUIÇÃO LABOR-AMBIENTAL: ENFOQUE SOB A SAÚDE MENTAL DOS MÉDICOS DE FORTALEZA/CE QUE ATUARAM NO COMBATE A COVID-19	1	1,5	1	1,5	1	6
COSMOPOLITISMO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA UM DIREITO DO TRABALHO GLOBAL	1	1,8	2	1,5	2,2	8,5
DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS: Judicialização da Saúde e Extensão do Prazo de Validade de Patentes No Contexto da Pandemia pelo Covid – 19 (SARS-CoV-2)	1	1	1	1	1	5
DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JURÍDICO	1	1	1	1	1	5
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: o abandono da Constituição de 1988 decorrente dos retrocessos introduzidos pela Emenda Constitucional n. 95/2016.	1	1	1	1	1	5
EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS: COMO A EXPERIÊNCIA DO CHILE PODE AJUDAR A DESENHAR A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	1,3	1,3	1,2	0,3	0,4	4,5
ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MORFOLOGIA DO DIREITO DE GREVE	2	2	2	1,5	1,5	9

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE, O DIREITO A CIDADE E DEMOCRACIA: O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO PELAS MINORIAS.	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: omissão da União como limitação ao aumento de outros tributos federais.	1	1	1	1	1	5
Inseminação artificial caseira e registro de nascimento: proteção da política de erradicação do sub-registro, dos direitos da criança e do casal homoafetivo feminino	1	1	2	2	2	8
NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO DO CUSTO SOCIAL: UMA ANÁLISE FRENTE ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO E À ECONOMIA DE MERCADO	0	0	0	0	0	0
NEOPOPULISMO E DIREITOS SOCIAIS: ESTADO ASSISTENCIAL DE DIREITO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS INTEGRANTES DO CONE SUL	1	1	2	2	1	7
O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MIGRANTE NO BRASIL: OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS COMO MEDIDA DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	0	0	0	0	0	0
O LADO AMARGO DO CHOCOLATE: análise crítica do trabalho análogo ao de escravo nas lavouras de cacau do Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável	1	1	0,5	1	1	4,5
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL	1	2	2	1	1	7
O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL	1	2	2	2	2	9
O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E A TUTELA LEGAL. UMA ABORDAGEM DO BLOCO REGIONAL DA COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)	1	1	1	0,2	0,5	3,7
OPERAÇÃO CARRO-PIPA: AVANÇOS E RETROCESSOS DA POLÍTICA DE ACESSO À ÁGUA E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	2	2	2	2	1	9
OS IMPACTOS DO AVANÇO TECNOLÓGICO E DO TRANSHUMANISMO NO MUNDO DO TRABALHO: METAMORFOSE DO TRABALHO E O NECESSÁRIO DINAMISMO ADAPTATIVO DO DIREITO DO TRABALHO COMO "ASSENTO" PARA A DIGNIDADE	0,5	1	1,5	1	1	5
PLANEJAMENTO PROCESSUAL E MATERIAL TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA IGUALDADE PARA NEGOCIAR COM A FAZENDA NACIONAL EM TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS E EM NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DE PRECEDENTES DE ACORDO ANTERIORES	2	2	2	2	1	9

POBRES METROPOLES: O PROBLEMATICO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	1	1	1	1	1	5
POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUTÁRIAS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO ECONÔMICO	2	1	2	2	1	8
POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ.	1	0,5	1	1	1	4,5
VIOLAÇÕES DE DIREITOS DECORRENTES DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: CASOS PAOLA GUSMÃO E EXPOSED FORTAL	1	0,5	1	1	0,5	4
Benefícios fiscais e intervenções seletivas: induzimento de comportamentos ante a uma abordagem regulatória interdisciplinar.	1	0,5	1	1	1	4,5

Fortaleza, 24 de outubro 2020

PPGD/UFC, AVALIAÇÃO DOS PROJETOS, LINHA 01, em 24.10.2020

	TÍTULO DO PROJETO (MESTRADO)	Prof. GÉRSÓN	Prof. HUGO	Prof. MARCIANO	NOTA (Média)
1	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO: o direito à proteção de dados pessoais do empregado e a discriminação algorítmica laboral	9,5	9,5	9,5	9,5
2	GREVE POLICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: CONSTITUCIONALIDADE, ALCANCE E FUTURO DA REGULAMENTAÇÃO	9,1	9	9	9,0
3	COTAS UNIVERSITÁRIAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: NOVOS PARADIGMAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS.	9	9	9	9,0
4	Criminalidade feminina e o comércio de entorpecentes: uma análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	9	9	9	9,0
5	FILHAS ORFAS DE PAIS VIVOS: O DIREITO FUNDAMENTAL A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO.	9	9	9	9,0
6	Investigação sobre a forma de criação de valor das empresas digitais e a sua equivalência em face das empresas tradicionais sob a luz da Constituição Federal de 1988: um possível desrespeito ao princípio constitucional da isonomia?	9	9	9	9,0
7	JUIZ DE GARANTIAS: OS DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHILENA.	9	9	9	9,0
8	O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Mecanismos jurídico-regulatórios para a efetivação do princípio da igualdade no contexto dos algoritmos de tomada de decisão	9	9	9	9,0
9	TRIBUTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E AS MATRIZES CONSTITUCIONAIS DO ICMS E DO ISS: SOLUÇÕES PARA PRESERVAR A AUTONOMIA FEDERATIVA	9	9	9	9,0
10	APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	8,7	8,5	8,5	8,6
11	DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL ENTRE 2005 E 2020	8,5	8,5	8,5	8,5
12	ENTRE A TUTELA INFANTO-JUVENIL E A RESPONSABILIDADE PENAL APLICÁVEL À ADOLESCÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	8	8,5	9	8,5
13	OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE DO ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS	8,5	8,5	8,5	8,5
14	TRANSFEMINICÍDIO EM FORTALEZA-CE: (IN)APLICABILIDADE DA LEI 11.340/2006 SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	8,5	8,5	8,5	8,5
15	UBERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS NOVOS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ	8,5	8,5	8,5	8,5
16	O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: O FORMATO DA SINDICÂNCIA NO BRASIL PÓS-REFORMA TRABALHISTA E A (IN)EFETIVA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	8,4	8,5	8,5	8,5
17	AS IMPLICAÇÕES DA LGPD NAS RELAÇÕES DE LABOR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	8,3	8,5	8	8,3
18	O DIREITO A DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	8,3	8,5	8	8,3

19	A OAB E A ADVOCACIA NEGRA: TERRITÓRIO PARA UMA ORDEM PLURAL E DEMOCRÁTICA?	8	8	8	8,0
20	O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	8	8	8	8,0
21	O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E LIBERDADE E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA PROBLEMÁTICA A LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	8	8	8	8,0
22	O DIREITO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO E O ASSÉDIO SEXUAL POR INTIMIDAÇÃO	7,5	8,5	8	8,0
23	O PRINCÍPIO DA "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA" SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, UM LEVANTAMENTO DE SUA EFETIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS.	7,5	8,5	8	8,0
24	PODER PÚBLICO LOCAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E REGULAÇÃO EM FORTALEZA E BRASÍLIA (2020-2021)	8	8	8	8,0
25	POLITICAS CRIMINAIS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O ABUSO INFANTIL	8	8	8	8,0
26	A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PÓS REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	7,8	8	7,5	7,8
27	A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO CEARÁ A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA	7,3	7,5	7	7,3
28	O ACESSO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) AO MERCADO DE TRABALHO	7,3	7,5	7	7,3
29	A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE LGBT+	6,5	7,5	7	7,0
30	A PROTEÇÃO DEFICIENTE PROPORCIONADA PELO ESTADO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA PENAL: UMA PESQUISA SOBRE A EFETIVA TUTELA DAS VÍTIMAS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO CEARÁ	6,5	7	7,5	7,0
31	ANÁLISE DO PROGRAMA "NOS CONFORMES": O IMPACTO DO COMPLIANCE COOPERATIVO NA RELAÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTE SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIALÓGICA	6,5	7,5	7	7,0
32	DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6,5	7,5	7	7,0
33	HOMOPARENTALIDADE COMO QUEBRA DE PARADIGMA À HETERONORMATIVIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	7	7	7	7,0
34	O DIREITO FUNDAMENTAL DE SER FILHO	6,5	7,5	7	7,0
35	O REGIME DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZPE COMO POSSÍVEL PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	7,5	7	6,5	7,0
36	OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS NOVAS ESTRUTURAS TRABALHISTAS E NA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO LABORAL	6,7	7	6,5	6,7
37	A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA LEI DOS MOTORISTAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE (LEI MUNICIPAL Nº 10.751/2018)	5,2	5	5	5,1
38	ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS APÓS 2014	5,2	5	5	5,1

39	A REFORMA TRABALHISTA: TELETRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL	5,1	5	5	5,0
40	A (IN)APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA AS MULHERES INDÍGENAS DA GRANDE FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA	4,5	5	5,5	5,0
41	A APLICABILIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL – sob a perspectiva da gestão organizacional e financeira do Sistema Único de Saúde	5	5	5	5,0
42	A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO	4,5	5	5,5	5,0
43	A APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO ESTADO DO CEARÁ	5,5	5	4,5	5,0
44	A ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE INICIATIVA FEDERAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES	5,5	5	4,5	5,0
45	A FUNÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER: Uma nova perspectiva de políticas públicas no estudo das desigualdades de gênero	5	5	5	5,0
46	A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER SOB A ÉGIDE DAS POLITICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.	4,5	5,5	5	5,0
47	A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DA ADPF No 442	5	5	5	5,0
48	A POLÊMICA ACERCA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE ANENCÉFALO, O DIREITO À VIDA, E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	4,5	5,5	5	5,0
49	A SUSTENTABILIDADE DA SAUDE SUPLEMENTAR E A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO: O CASO DAS DECISÕES DO REMÉDIO SPINRAZA	5	5	5	5,0
50	A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO AMBITO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	4,5	5	5,5	5,0
51	ABORTO SENTIMENTAL: UMA ANALISE DA PROPORCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA A PARTIR DA LEI DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	4,5	5,5	5	5,0
52	AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	4,5	5	5,5	5,0
53	AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E A PROMOÇÃO DE DIREITOS E OPORTUNIDADES AOS PRIVADOS DE LIBERDADE	4,5	5,5	5	5,0
54	ATUAÇÃO DO PODER JUDICIARIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	5,5	4,5	5	5,0
55	ATUAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO ACESSO A MEDICAMENTOS	4,5	5,5	5	5,0
56	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PREVIDENCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DO PROJETO PREVIDENCIÁRIO DE 1988	5	5	5	5,0
57	DA ANÁLISE JURÍDICO-PROCEDIMENTAL DOS ASPECTOS DEMOCRÁTICOS NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	5,5	4,5	5	5,0
58	DESIGUALDADES REGIONAIS E FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS IMPACTOS DA LEI KANDIR NO ICMS	5	5	5	5,0
59	Do Direito Fundamental à Educação e à Cultura e a implementação de projetos sociais de ensino da música sacra nas comunidades carentes	4,5	5,5	5	5,0

60	EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	5	5	5	5,0
61	ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DA COPARTICIPAÇÃO PERANTE O RESSARCIMENTO AO SUS	5	5	5	5,0
62	EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: JUSTIFICATIVAS E LIMITES PARA UM NOVO MODELO DE COBRANÇA COATIVA	5,5	5	4,5	5,0
63	FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIGÊNCIA DO TETO DOS GASTOS APÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	5	5	5	5,0
64	IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO CONTRA A CRISE DE IDENTIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA	5	5	5	5,0
65	Inteligência Artificial aplicada às Finanças Públicas como ferramenta para garantir a efetividade do Controle Social sobre os gastos públicos.	5,5	5	4,5	5,0
66	INVIOLABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL	5	5	5	5,0
67	JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FACE A NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	5	5	5	5,0
68	MULHERES ENCARCERADAS E O ESTADO : OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS PRESTAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO DA MATA ESCURA/BA	4,5	5,5	5	5,0
69	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS MINORIAS NO BRASIL	5,5	4,5	5	5,0
70	O CRIME DE ABORTO E O SÓPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DIRETA POPULAR DIANTE DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	5	5	5	5,0
71	O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	5	5	5	5,0
72	O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: A necessidade de proteger dados pessoais pretéritos.	5,5	5	4,5	5,0
73	O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO: DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA CONJUNTURA VIOLADORA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	5	5	5	5,0
74	O ÊXODO RURAL: processo histórico, políticas públicas, as comunidades carentes em áreas de risco nos grandes centros e a dignidade da pessoa humana como direito fundamental	4,5	5,5	5	5,0
75	O MÍNIMO EXISTENCIAL DO DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA (STA) Nº 175 DO STF E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS	5	5	5	5,0
76	O PERCURSO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANÁLISES DE UMA POLÍTICA DO DIREITO DAS MINORIAS E O FORTALECIMENTO DE CIDADANIAS	5	5	5	5,0
77	O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE: O USO DA GESTÃO FUNDIÁRIA EM ABORDAGEM PRÁTICA CARTORIAL	5	5	5	5,0
78	OS IMPACTOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL.	5,5	4,5	5	5,0
79	Os Impactos do Movimento Feminista nas Decisões do Supremo Tribunal Federal	5	5	5	5,0

80	OS TRIBUTOS E A INTELIGENCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA E A EXTRAFISCALIDADE COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.	5	5	5	5,0
81	PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS HUMANOS E O COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO MECANISMO COLABORATIVO DE PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL	5	5	5	5,0
82	TRANSCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A POSSIBILIDADE TARDIA DE RECONHECIMENTO DAS JURISDIÇÕES INDÍGENAS VIGENTES EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO	5	5	5	5,0
83	UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO VALE DO JARI EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI/ AP.	5	5	5	5,0
84	UMA ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E CUSTO DE OPORTUNIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	5	5	5	5,0
85	VIDA NUA: O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA	5	5	5	5,0
86	A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES COMO FORMA DE DAR EFETIVIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ENTE FEDERATIVO	5	4,5	5	4,8
87	A (DES)CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS: DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	4,7	5	4,5	4,7
88	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	4,6	4,5	5	4,7
89	ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS.	4,6	4,5	4,5	4,5
90	A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CEARÁ EM FACE DAPANDEMIA DA COVID-19	4,5	5	4	4,5
91	A EXIGÊNCIA DO TÍTULO DE ELEITOR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO POPULAR E O DILEMA DA CIDADANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1998: SER ÍNDIO OU SER CIDADÃO?	4,5	5	4	4,5
92	A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REAL DE LAJE: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO DE DIREITO E A PREVENÇÃO DO CONFLITO	4,5	5	4	4,5
93	DISCURSO DE ÓDIO, MÍDIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ASPECTOS JURÍDICOS E (IN) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	4,5	4	5	4,5
94	RENDA BÁSICA UNIVERSAL: POR UM CAPITALISMO INCLUSIVO	4,5	5	4	4,5
95	GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM VIRTUDE DE ACOMETIMENTOS DE SAÚDE PSÍQUICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE LABORAL	4	4	5	4,3
96	POLÍTICAS PÚBLICAS				
96	A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO COMO FENÔMENO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	4	4	4	4,0
97	A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES E PROCESSOS TRABALHISTAS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS A LEI 13.467/2017.	4	4	4	4,0
98	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE FORTALEZA/CE	4	4	4	4,0
99	A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania.	4	4	4	4,0

100	A Inclusão Social dos idosos assistidos pelos Centros de Referências em Assistências Sociais (CRAS) na cidade de Parnaíba-PI a luz do Estatuto do Idoso	4	4	4	4,0
101	A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ	4	4	4	4,0
102	A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO COMBATE A CRIMINALIDADE: RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO POR MEIO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	4	4	4	4,0
103	A PROPORCIONALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL QUE EXIGE CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	4	4	4	4,0
104	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JULGAMENTO DE PROCESSOS TRIBUTÁRIOS COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	4	4	4	4,0
105	ANÁLISE DOS LAUDOS PERICIAIS DA PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	4	4	4	4,0
106	Análise jurídica do Geopricing: ponderações ao poderio econômico das grandes corporações no contexto do comércio eletrônico	4	4	4	4,0
107	ATENDIMENTO SISTEMICO JURIDICO POPULAR: ANALISE DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO	4	4	4	4,0
108	ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO	4	4	4	4,0
109	COLISÕES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE, DAS FAKE NEWS E DO HATE SPEECH: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA POR MEIOS DIGITAIS.	4	4	4	4,0
110	DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ	4	4	4	4,0
111	Escola Inclusiva: Uma análise sobre a efetividade do direito à educação proposto pelas políticas públicas do MEC para crianças com deficiência no município de Fortaleza	4	4	4	4,0
112	JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS QUE NECESSITAM DE DISPÊNDIO DE RECURSOS HUMANOS.	4	4	4	4,0
113	MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	4	4	4	4,0
114	O DIREITO DE LIBERDADE E A POSSIBILIDADE DE SEUS LIMITES À LUZ DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSOS DE ÓDIO	4	4	4	4,0
115	O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IDEAL DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	4	4	4	4,0
116	O EVENTO DISCURSIVO DAS SÚMULAS VINCULANTES: SOBRE O ASSUJEITAMENTO DOS SENTIDOS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA.	4	4	4	4,0
117	O PAPEL DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS ADITIVAS EM FACE DO DESMONTE DO APARATO ESTATAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	4	4	4	4,0
118	O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E A PROTEÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO	4	4	4	4,0

119	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL: VALORAÇÃO DO TESTEMUNHO POLICIAL NOS PROCESSOS CRIMINAIS	4	4	4	4,0
120	PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS DOS BONS GESTORES PÚBLICOS	4	4	4	4,0
121	SEM ENDEREÇO CERTO E OCUPAÇÃO LICITA COMPROVADA: O PROBLEMA DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2010 A 2020	4	4	4	4,0
122	TRIBUTAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTE E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	4	4	4	4,0
123	OS DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS	3,9	4	4	4,0
124	DA VULNERABILIDADE AO EMPODERAMENTO: Estudo sobre a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	3,7	4	4	3,9
125	O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO.	3,7	4	3,5	3,7
126	REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM ECONOMICA BRASILEIRA. A FLEXIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO LABORAL E A ASCENDÊNCIA DO CONCEITO ESCRAVOCRATA	3,7	4	3,5	3,7
127	IMPOSTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA APLICATIVOS	3,7	4	3,5	3,7
128	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM ESPAÇOS VIRTUAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	3,7	4	3,5	3,7
129	Análise sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente no Brasil	3,6	3,5	4	3,7
130	A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA E O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	3,5	3,5	3,5	3,5
131	A NECESSARIA VIRTUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIARIO E A DIGITALIZAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA NOVA ONDA DE ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO TELETRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	3,5	4	3	3,5
132	ANALISE DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA RELAÇÃO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	3,5	3,5	3,5	3,5
133	LIMITES DA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA TRANSAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	3,5	4	3	3,5
134	POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROBLEMÁTICA DECORRENTE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PELA NÃO COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRAZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017.	3,5	4	3	3,5
135	A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E OS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA POLÍCIA	3,4	4	3	3,5
136	A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: A NECESSIDADE DE UMA JUSTIÇA FEITA POR MULHERES E (TAMBÉM) PARA MULHERES	3,4	3,5	3,5	3,5
137	ANALISE CRITICA DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PREVIDENCIÁRIAS Nos 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 E IMPACTOS NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS EMPREGADOS REGIDOS PELO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS.	3,3	3,5	3	3,3
138	A (IN) EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO FACE AO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	3	3	3	3,0

138	A LEI 10216/01 E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO GOVERNADOR STÊNIO GOMES	3	3	3	3,0
139	ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL QUE INSTITUIU AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E SUA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA DO DIREITO	3	3	3	3,0
140	ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	3	3	3	3,0
141	DIREITO À SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO GARANTIDOR AO TRATAMENTO DOS PACIENTES RENAIAS	3	3	3	3,0
142	Direito de inclusão do Autista na Escola Regular	3	3	3	3,0
143	O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COMO DEFENSOR PERMANENTE DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO PROJETO OSCLEGAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DO CEARÁ	3	3	3	3,0
144	OS DIREITOS DAS MINORIAS E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES SUBNORMAIS DO ESTADO DO CEARÁ PARA A GARANTIA DA CIDADANIA EM CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA DA ANOMIA IMPLANTADA PELAS FACÇÕES CRIMINOSAS NESTAS LOCALIDADES E O RESTABELECIMENTO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS EM SEU CONTEXTO TELEOLÓGICO	3	3	3	3,0
145	OS OFÍCIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESIGUALDADES REGIONAIS E MECANISMOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ	3	3	3	3,0
146	POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS E ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR AO LADO DO ESTADO	3	3	3	3,0
147	Seria o Ministério Público do Estado do Ceará um instrumento de poder de uma sociedade opressora, patriarcal e colonizadora?	3	3	3	3,0
148	A TRADIÇÃO DE REISADO EM JUAZEIRO DO NORTE - CE: Um estudo teórico-prático sobre o impacto dos direitos culturais na promoção da dignidade	2,3	3	3	2,8
149	A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO DIREITO DO TRABALHO, ESTABELECIDOS PELA LEI 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	2,5	3	2	2,5
150	LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE À PANDEMIA GLOBAL DO CORONAVÍRUS À LUZ DA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	2,2	3	2	2,4
151	Direitos Fundamentais e Políticas Públicas.	2	2	2	2,0
152	Questão Racial em Ambientes de Trabalho.	1,9	2	2	2,0
153	A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	0	0	0	0,0
154	A PROTEÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL FRENTE AO REGIME DE TELETRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	0	0	0	0,0
155	A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ALUSÃO AO PROJETO DE LEI 4.211/12	0	0	0	0,0
156	A RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS LABORAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	0	0	0	0,0
157	Controle de convencionalidade e sua aplicação pelo Estado brasileiro na proteção aos direitos humanos	0	0	0	0,0
158	DESORGANIZAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE: indicativos para a realização de políticas públicas na área de segurança	0	0	0	0,0

159	Direito do Trabalho das Pessoas com Deficiência, Do Assistencialismo Estatal à Real Efetivação dos Direitos Fundamentais: Análise da Realidade dos Trabalhadores com Deficiência do Transporte Público Coletivo do Município de Fortaleza.	0	0	0	0,0
160	DIREITO PENAL SUBTERRÂNEO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE CONTROLE ESTATAL NA POLÍCIA MILITAR	0	0	0	0,0
161	O DIREITO A CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.	0	0	0	0,0
162	O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO COMO MEIO EFICAZ DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	0	0	0	0,0
163	O VALOR SOCIAL DO TRABALHO FRENTE A PREVALENCIA DO NEGOCIADO PELO LEGISLADO NA LEI 13.467/2017: LIMITES AO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O NEOTRABALHISMO EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR CIDADÃO	0	0	0	0,0
164	Os desafios de acesso aos cursos de pós-graduação em Direito (stricto sensu) na Universidade Federal do Ceará para as pessoas com deficiência.	0	0	0	0,0
165	POLÍTICA ECONÔMICA: VETOR IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0	0	0	0,0
166	Práticas restaurativas nas escolas como estratégia para a efetivação do direito fundamental à educação e a construção de uma cultura de paz	0	0	0	0,0
167	Princípio da proporcionalidade e Direito Penal: reflexão crítica a respeito da concretização do direito fundamental à segurança pública no Estado do Ceará	0	0	0	0,0
168	Reserva do possível: entre a efetivação dos direitos sociais fundamentais e o sistema constitucional orçamentário brasileiro	0	0	0	0,0
169	SEGURANÇA PÚBLICA: Princípio da Vedação do Retrocesso Social e Flexibilização do Estatuto do Desarmamento com reflexo nos crimes de homicídios.	0	0	0	0,0

Fortaleza, 24 de outubro de 2020.

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Francisco Gérson Marques de Lima (UFC)

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Hugo de Brito Machado Segundo (UFC)

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Marciano Seabra de Godoi (PUC/MG)

PPGD/UFC, AVALIAÇÃO DOS PROJETOS, LINHA 01, em 24.10.2020

	TÍTULO DO PROJETO (DOUTORADO)	Prof. GÉRSO	Prof. HUGO	Prof. MARCIANO	Nota (média)
1	A cor da dor: a Violência obstétrica em mulheres negras a partir da necropolítica no acesso ao Direito Social à Saúde em Fortaleza/CE	9	9	9	9
2	ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DO MOVIMENTO OPERARIO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MORFOLOGIA DO DIREITO DE GREVE	9	9	9	9,0
3	OPERAÇÃO CARRO-PIPA: AVANÇOS E RETROCESSOS DA POLITICA DE ACESSO À ÁGUA E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	9	9	9	9,0
4	PLANEJAMENTO PROCESSUAL E MATERIAL TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA IGUALDADE PARA NEGOCIAR COM A FAZENDA NACIONAL EM TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS E EM NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DE PRECEDENTES DE ACORDO ANTERIORES	9	9	9	9,0
5	COSMOPOLITISMO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA UM DIREITO DO TRABALHO GLOBAL	8,5	8,3	8,7	8,5
6	POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUTARIAS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO ECONÔMICO	7,5	8,5	8	8,0
7	A DEMOCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS	7,8	8	7,6	7,8
8	A TRIBUTAÇÃO NO ESTADO FISCAL BRASILEIRO EM FACE DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS PROMOVIDAS PELOS ROBÔS E PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	7	7,5	8	7,5
9	Inseminação artificial caseira e registro de nascimento: proteção da política de erradicação do sub-registro, dos direitos da criança e do casal homoafetivo feminino	7	7,5	8	7,5
10	O REGISTRO IMOBILIÁRIO E O PODER PÚBLICO: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE EM FORTALEZA POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL	8	7,5	7	7,5
11	NEOPOPULISMO E DIREITOS SOCIAIS: ESTADO ASSISTENCIAL DE DIREITO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS INTEGRANTES DO CONE SUL	7,5	6,5	7	7,0
12	CORONAVIRUS E POLUIÇÃO LABOR-AMBIENTAL: ENFOQUE SOB A SAÚDE MENTAL DOS MÉDICOS DE FORTALEZA/CE QUE ATUARAM NO COMBATE A COVID-19	6	5,5	6,5	6
13	A CONTROVÉRSIA DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	4,5	5,5	5	5
14	DIREITO A SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS: Judicialização da Saúde e Extensão do Prazo de Validade de Patentes No Contexto da Pandemia pelo Covid – 19 (SARS-CoV-2)	4,5	5,5	5	5
15	EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: o abandono da Constituição de 1988 decorrente dos retrocessos introduzidos pela Emenda Constitucional n. 95/2016.	4,5	5,5	5	5,0
16	IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: omissão da União como limitação ao aumento de outros tributos federais.	4,5	5,5	5	5,0
17	OS IMPACTOS DO AVANÇO TECNOLÓGICO E DO TRANSHUMANISMO NO MUNDO DO TRABALHO: METAMORFOSE DO TRABALHO E O NECESSÁRIO DINAMISMO ADAPTATIVO DO DIREITO DO TRABALHO COMO “ASSENTO” PARA A DIGNIDADE	5	5,5	4,5	5,0
18	POBRES METRÓPOLES: O PROBLEMATICO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	4,5	5,5	5	5,0

19	EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS: COMO A EXPERIÊNCIA DO CHILE PODE AJUDAR A DESENHAR A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	4,8	5	4,5	4,8
20	DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JURÍDICO	4	5	5	4,7
21	AS NORMAS JURÍDICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: INCLUSÃO SOCIAL E FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	4,5	4	5	4,5
22	O LADO AMARGO DO CHOCOLATE: análise crítica do trabalho análogo ao de escravo nas lavouras de cacau do Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável	4,5	4,5	4,5	4,5
23	POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ.	3,6	4	4,5	4,0
24	(IN)VISIBILIDADE E A LUTA PELO DIREITO: transporte não-humanizado de pessoas custodiadas pelo Estado e a violação da dignidade humana.	3,5	4	4,5	4
25	A PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	3,5	4	4,5	4
26	VIOLAÇÕES DE DIREITOS DECORRENTES DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: CASOS PAOLA GUSMÃO E EXPOSED FORTAL	4	4	4	4,0
27	Benefícios fiscais e intervenções seletivas: induzimento de comportamentos ante a uma abordagem regulatória interdisciplinar.	3,5	4	4,5	4,0
28	O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E A TUTELA LEGAL. UMA ABORDAGEM DO BLOCO REGIONAL DA COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)	3,7	4,5	3,5	3,9
29	FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE, O DIREITO A CIDADE E DEMOCRACIA: O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO PELAS MINORIAS.	0	0	0	0,0
30	NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO DO CUSTO SOCIAL: UMA ANÁLISE FRENTE ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO E À ECONOMIA DE MERCADO	0	0	0	0,0

Fortaleza, 24 de outubro de 2020.

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Francisco Gérson Marques de Lima (UFC)

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Hugo de Brito Machado Segundo (UFC)

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. Marciano Seabra de Godoi (PUC/MG)